

**RENDA BÁSICA E A RESPOSTA POSITIVA À CRISE:
Análise da variação do PIB a partir da contemplação de novos inscritos no auxílio
emergencial de 2020/21.**

Brunno Correa Bastos¹, Flávio Vinicius Silva Ferreira de Souza², Ana Carolina Vilanova Bezerra³, Lais Ribeiro Valadão⁴, Vanuza da Silva Pereira Ney⁵

A crise da COVID 19 demonstrou de forma muito específica o caráter disfuncional que a economia brasileira seguiu nos últimos dez anos, a qual foi acentuado com a Emenda Constitucional n.45/2016 com vencimento somente em 2036. A pandemia também demonstrou as opções de saída desta que é a crise mais aguda desde o lançamento do plano Real em 1994, que pode ser verificada a partir da flexibilização dos gastos públicos, sobretudo a fim de recuperar o protagonismo da variável que detém parte expressiva na alocação do PIB nacional, a saber, a renda das famílias. É verificado que os resultados do país no primeiro momento da expansão da crise global demonstraram uma queda acentuada, contudo à medida que as discussões sobre o auxílio emergencial iam seguindo e ao passo que as propostas de renda emergenciais vão sendo solidificados e aplicadas, os resultados econômicos vão demonstrando reações positivas.

Já o caráter subjetivo dessa crise, como demonstra o professor Ladislau Dowbor, sucede a partir de “uma convergência de crises”, ele verifica que “Convergem neste momento quatro crises: a crise ambiental, a crise da desigualdade, o caos financeiro e a pandemia”, (DOWBOR, 2020, p.1) destarte, dar-se-á maior atenção nesse estudo sobre a importância e a necessidade de políticas públicas que visam a segurança social a qual diz respeito a manutenção da vida, uma vez que garanta a subsistência das famílias diante dessa convergência, levando em consideração que, em cenário de incertezas econômicas o estrato social que não dispõe de vantagens, estão mais vulneráveis aos impactos negativos da crise.

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: brunnobastos@outlook.com

² Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: fvncsferreira@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: ana.vbc@gmail.com

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: lais-valadao@hotmail.com

⁵ Profa. orientadora. Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

É importante destacar que, que o corona vírus trouxe lições importantes para os manuais econômicos, a primeira delas está no âmbito da ineficiência de uma política econômica que verifica apenas no imperativo do mercado a regulação necessária que gerará o esperado equilíbrio econômico, outra, que em o cenário de incerteza, uma sugestão importante para retomada do crescimento, encontra-se com àquele que é o único capaz de reverter, a partir de políticas públicas eficientes, o movimento de queda que econômica brasileira passou a experimentar.

A crise que se acentua no ano de 2020, tem seus traços marcados ainda nos anos de 2008/2009, a Política Fiscal passando por fricções que culminaram já no primeiro mandato da então presidenta da República, Dilma Rousseff. Mesmo diante de adversidades no setor externo como a Crise da Zona do Euro e os EUA em baixo crescimento, o fato é que a Política Fiscal foi protagonista em fazer a manutenção de setores da Economia, mantendo o nível de desemprego no menor patamar da série histórica. Em 2012 a Política Fiscal visando garantir o estímulo ao crescimento, produziu uma mudança na matriz macroeconômica que surtiriam efeitos com a desaceleração da economia já no ano de 2014, o que resultou no rompimento com a “convenção do crescimento” (CASTRO, 1993).

O Resultado fiscal do ano de 2014 ficou abaixo do esperado, resultando um ajuste mais intenso do que aconteceu nos anos de 1999 a 2003, assim a economia brasileira passou de um período de desaceleração em 2014 para um período de recessão em 2015 “No debate macroeconômico que se seguiu, a política fiscal teve papel central para explicar a desaceleração da atividade e a posterior recessão, tanto no campo da ortodoxia como na heterodoxia.” (DWECK; TEIXEIRA, 2017, p.2)

Já no governo Temer mesmo diante da total mudança na agenda econômica partindo para uma perspectiva mais liberalizante, indexadora e de cunho neoclássico, a recessão se manteve presente diante de algumas reformas, que tinha como objetivo garantir a retomada do crescimento, no entanto demonstrou ineficiência para combater o ciclo de crises que a economia brasileira se pôs a experimentar. A mudança no paradigma da política fiscal adotada nos anos anteriores foi totalmente superada por uma nova alternativa que tinha como preocupação o restrito controle fiscal “contração fiscal expansionista”, uma política monetária mais conservadora, com vistas a um maior controle das expectativas inflacionárias e a política cambial mais flexível. A evidência lógica é que a “nova matriz macroeconômica”, adotada já no Governo Dilma, foram decisivas, tanto do ponto de vista da ineficiência da política econômica adotada naquele período, como a concessão da ideia de que uma política ortodoxa

de cunho liberal, marcada por reforma liberalizantes, tal qual a reforma da previdência, reforma trabalhista, indexação dos preços da Petrobras etc. seriam capazes de indicar à retomada do crescimento, que ao contrário, chamou a atenção por dispor de um resultado abaixo do esperado, logrando o início de um estágio de recuperação abaixo de 1% ao ano em 2017/2019.

Como se pode notar, o governo Bolsonaro recebeu já nos primeiros dias de mandato desafios que seria preciso considerar os argumentos das diferentes correntes econômicas para superar o período de crises e baixo crescimento, ao contrário, o que ocorreu foi um estreitamento da Política Fiscal, uma política monetária mais conservadora e o abandono de uma Política Cambial que representasse segurança e previsibilidade ao País.

Com a chegada da Pandemia, o arrocho fiscal deu lugar a PEC do orçamento de guerra, que passa a flexibilizar a política do teto de gasto a fim de buscar recuperação para os 4,1% de queda que Brasil demonstrou no ano de 2020.

Por conseguinte, esse estudo está em desenvolvimento e tem por objetivo demonstrar que a crise que foi acentuada com o Corona Vírus, malgrado todas as estratégias de crescimento de cunho ortodoxo liberalizante implementadas até aqui, passou a demonstrar recuperação com a PEC do orçamento de guerra e com a Lei nº 13.998/2020 que iniciou o auxílio emergencial às famílias e um orçamento que dava mais segurança aos estados. Dando mais destaque a variável Renda das famílias, observando que, a restrição de crédito, a negatização, o desemprego, a informalidade dentre outras coisas, demonstram que essa variável foi a mais penalizada durante a pandemia, e evidencia também que o fortalecimento desta é o propulsor da retomada da atividade econômica, dado sua dinamização e diversificação interna.

Referências

CARVALHO, L. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo. Todavia. 2020.

DWECK, E; TEIXEIRA, A.R. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para Discussão**, Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, n. 303, jun. 2017. Disponível em: [Microsoft Word - Capa_Nova.docx \(apublica.org\)](#) Acesso em: 2 nov. 2021

DOWBOR. L. **Além da Pandemia: uma convergência de Crises**. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/06/20-L-Dowbor-Alem-da-Pandemia.pdf> acesso em: 2 nov. 2021

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul-dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39326/26504>. Acesso em: 30 out. 2021.

TROVÃO, C. J. B. M. A Pandemia da COVID-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **Texto para Discussão** (UFRN: DEPEC), Natal, n. 4, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROV%C3%83O-2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.